



DEPUTADOS FEDERAIS PARANAENSES CASSADOS PELA DITADURA MILITAR (1964-1977): TRAJETÓRIAS E LUTAS POLÍTICAS

MEMBERS FEDERAL PARANÁ ANNULLED BY THE MILITARY DICTATORSHIP (1964-1977): PATHS AND FIGHTS POLICIES

Natália Cristina Granato*

Resumo: Há cinquenta anos, o golpe de 1964 derrubou um governo democrático e legítimo para instaurar um Estado de exceção. Opositores do regime foram perseguidos e o governo promulgou diversos atos institucionais que visavam punir e combater tais resistências. A justificativa de tais atos do governo repousava no combate à “subversão” e à “corrupção”. O presente artigo visa analisar as atuações políticas desses seis deputados federais cassados pela ditadura militar no estado do Paraná. Procuraremos informações sobre os mesmos em variadas fontes como nos seus perfis biográficos encontrados na página da Câmara dos Deputados, livros de memórias, bibliografias de apoio sobre a política paranaense no período em questão e na imprensa. Tal estudo visa averiguar quais foram as fases de cassações de deputados federais do Paraná e quais as consequências de tais cassações na carreira política dos políticos em questão.

Palavras-chaves: Ditadura Militar; Atos Institucionais; Cassações de Mandato; Política Paranaense.

Abstract: Fifty years ago, the 1964 coup overthrew a democratic and legitimate government to establish a state of emergency. Opponents of the regime were persecuted and the government issued several Institutional Acts that punished aimed punish and combat such resistance. The justification of such acts of government rested in the fight against "subversion" and "corruption". This article aims to analyze the political performances of the six deputies annulled by the military dictatorship in the state of Paraná. Seek information about them on various sources and in their biographical profiles found on page of the Chamber of Deputies, memoirs, bibliographies support of Paraná state politics in the period and in the press. This study aims to find out what were the stages of purges of federal Members of Paraná and the consequences of

* Natália Cristina Granato é mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é bolsista da CAPES. nataliagranato@hotmail.com

such purges in the political career of politicians in question

Keywords: Military Dictatorship; Institutional Acts; Mandate of Purges; Paraná's Policy.

1 Introdução

Há cinquenta anos, o golpe de 1964 derrubou um governo democrático e legítimo para instaurar um Estado de exceção. Opositores do regime foram perseguidos e o governo promulgou diversos atos institucionais (ao todo, 17 atos) que puniam políticos, intelectuais, funcionários públicos, entre outros com cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos, aposentadorias compulsórias, confisco de bens, entre outras sanções. A justificativa de tais atos do governo repousava no combate à “subversão” e à “corrupção”.

Para a nossa análise ser operacionalizada, o recorte utilizado será a trajetória sintetizada de cada um dos deputados federais cassados pela ditadura militar no estado do Paraná. Procuraremos informações sobre os mesmos em variadas fontes como nos seus perfis biográficos encontrados na página da Câmara dos Deputados¹, livros de memórias, bibliografias de apoio sobre a política paranaense no período em questão e no periódico “Diário do Paraná”².

Buscaremos contribuir para o resgate desta história de lutas e resistência à ditadura militar. Tais atores políticos faziam parte de um projeto que colocava em risco os desmandos do Estado de exceção ditatorial, e o comando militar³ sentia-se desconfortável diante de qualquer ameaça que questionasse sua supremacia. Em uma ditadura, a luta política não se dá por meios idôneos e livres. Ao contrário, mudam-se as legislações, combatem-se os opositores por meios extralegais, autoritários e repressivos, como os atos institucionais.

Em 7 de dezembro de 2012, a Câmara dos Deputados realizou uma solenidade de homenagem e devolução simbólica dos mandatos⁴ dos deputados federais cassados entre 1964 e 1977, contemplando os seis deputados federais paranaenses cassados pelos atos institucionais. Tal ato contribui para o resgate da memória que os “vencedores” do regime de 1964 buscaram denegrir ou colocá-las em esquecimento. Nossa análise restrita ao estado do Paraná pode estender-se a pesquisas futuras, incorporando outros estados, diferentes cargos de políticos e civis arbitrariamente punidos pela ditadura. Tal resgate é necessário e contribui para o fortalecimento da nossa democracia.

O presente artigo pretende expor, no primeiro momento, o quadro político paranaense antes do golpe de 1964. Abordaremos, de maneira breve, como foram os governos a partir de

¹ “Conheça os Deputados”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>. Acesso em 21/11/14.

² Disponível na página da Hemeroteca Digital Brasileira, na página <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em 21/11/14.

³ Bem como setores políticos civis que dependendo do estado de forças se encontravam em supremacia política.

⁴ “Devolução Simbólica dos Mandatos”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/devolucao-simbolica-dos-mandatos/devolucao-simbolica-dos-mandatos>. Acesso em 21/11/14.

1945 (após a ditadura do Estado Novo) e de que maneira os partidos políticos no Paraná se organizaram a partir de então, abordando as suas lideranças-chave e o quadro político no governo Ney Braga, governador do Paraná de 1961 a 1965, que vivenciou o golpe de 1964. Essa primeira parte servirá de subsídio para a compreensão da segunda parte, que corresponde à atuação política dos seis deputados federais paranaenses cassados pela ditadura militar. Incorporaremos essa discussão com informações históricas sobre o processo político da ditadura militar. Após tais análises, faremos breves conclusões com base nos dados evidenciados nas seções anteriores, averiguando se os seis deputados federais cassados retomaram suas carreiras políticas com a redemocratização.

2 A política paranaense antes do golpe e o governo Ney Braga

No período pré-1964, o Paraná congregava um quadro partidário composto pelo Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN). Somando-se a eles, dois partidos com menor expressão, mas com considerável influência se destacavam, o Partido Republicano (PR) e o Partido Democrata Cristão (PDC).

O primeiro partido a se organizar de modo efetivo foi o PSD⁵, forte eleitoralmente, principalmente devido à herança da máquina montada pelo ex-interventor Federal no Paraná durante o Estado Novo, Manuel Ribas, que beneficiou tal partido e Moysés Lupion, o candidato vitorioso ao governo do estado em 1947. Nessa eleição, Lupion venceu Bento Munhoz da Rocha Netto, do PR. Tal candidato derrotado saiu-se vitorioso nas eleições de 1950. Ambos os governadores impulsionaram o processo de modernização do estado e as suas transformações (aumento populacional, ocupação territorial em crescimento nas regiões Norte e Sudeste, ascensão da economia cafeeira), procurando responder, especialmente com políticas de infraestrutura, às demandas que tal processo criava. Após o governo de Bento Munhoz, Lupion foi novamente eleito governador do Paraná. Seu segundo mandato foi marcado por conflitos agrários no Sudoeste do Paraná e por denúncias de corrupção que provocaram queda de popularidade de Lupion e repercussões negativas na imprensa paranaense e nacional. Quase todos os partidos faziam veemente oposição à Lupion, começando pelo o PTB⁶, seguindo do PDC (especialmente Ney Braga), a UDN e o PR.

O PTB, em linhas gerais, pretendia representar as três principais regiões do Paraná (Paraná Tradicional, ou seja, Curitiba, Litoral e Campos Gerais, com características sindicalistas getulistas; o Norte Cafeeiro, com representação dos interesses e a proteção do café; e o Sudoeste, aliando-se às lutas dos pequenos proprietários e posseiros relacionados aos levantes

⁵ PSD- Partido Social Democrático; PTB- Partido Trabalhista Brasileiro; UDN- União Democrática Nacional; PR- Partido Republicano; PDC- Partido Democrata Cristão.

⁶ A única ocasião que o PTB paranaense apoiou o PSD foi na primeira eleição de Lupion ao governo do estado, em 1947. Após isso, tal aliança não se repetiu localmente, ao contrário do que se observava nacionalmente em importantes pleitos, destacando-se as eleições de 1955 e a chapa Juscelino Kubitschek e João Goulart.

de 1957)⁷ e era o partido que mais crescia eleitoralmente. A cada eleição, verificava-se o aumento de cadeiras do PTB na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa do Paraná. Além disso, importantes cargos foram conquistados, especialmente com a eleição de 1958, ocasião na qual o PTB conquistou a vaga para o Senado⁸ e para a prefeitura de Curitiba⁹.

O PDC, de caráter reformista e cristão, ensaiava um crescimento maior do que se verificava nacionalmente. Isso se motivou principalmente com a ida de Ney Braga às fileiras da seção paranaense do partido. Ney Braga pertencia a uma tradicional família na política paranaense (OLIVEIRA, 2000, p.388), o que revela um acúmulo de capital político e familiar que foi somado com o seu primeiro casamento, quando se uniu a uma irmã de Bento Munhoz da Rocha Netto (REBELO, 2004). Seu cunhado foi decisivo para o início de sua carreira política, especialmente quando nomeou Braga para o cargo de chefe de polícia no período em que era governador do estado. No ano de 1954, Ney Braga elegeu-se prefeito de Curitiba, em grande parte devido à notoriedade alcançada com o seu cargo anterior. No entanto, a partir desse momento, Braga preocupa-se em afastar sua imagem política da figura de seu padrinho político, Munhoz da Rocha. Isso culmina em seu ingresso no PDC, em 1957 (REBELO, 2004, p.65). Em 1958 elegeu-se deputado estadual (IPARDES, 1987). A partir desse momento, o PDC local começa a se consolidar e crescer.

Por sua vez, a UDN paranaense, desde o início de sua fundação, se colocava como contrária às políticas varguistas e localmente fazia oposição ao PSD nos dois governos de Moysés Lupion (1947-1950/1956-1960). Participou ativamente do governo Munhoz da Rocha (1951-1954).

As duas maiores forças políticas que vinham crescendo no Paraná disputavam as eleições de 1960, ambas representando mudança em relação ao governo de Moysés Lupion. Pelo PTB, o candidato foi Nelson Maculan e pelo PDC, Ney Braga, apoiado pela UDN. O PSD, abalado pela queda de popularidade, lançou o candidato Plínio Costa para o governo, ficando em terceiro lugar na disputa (IPARDES, 1987) vencida por Ney Braga. Durante os primeiros anos de seu governo, sua bancada de apoio não era suficiente para aprovar os seus projetos na Assembleia Legislativa. Para isso, necessitava do diálogo e negociação política com as forças

⁷ Para o Senado, o petebista eleito foi Abilon de Souza Naves, presidente do diretório local do PTB e vice-presidente nacional do PTB. Influente na máquina partidária nacional desde o início da década de 1950, Souza Naves era muito próximo a Getúlio Vargas e João Goulart, sendo um dos articuladores da candidatura de Goulart a vice-presidente da república, em 1955, em composição com o PSD. Conquistou prestígio eleitoral especialmente depois de se tornar diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI-BB), o que possibilitou apoio e investimento à safra cafeeira do Paraná. Para outras informações biográficas, ver Neves (2002) e Nicolas(s/d).

⁸ Para o cargo, o petebista eleito foi o general Iberê de Mattos. Embora a gestão de Ney Braga (1954-1958) na prefeitura de Curitiba tivesse angariado aprovação popular, este não conseguiu fazer sucessor. Nesse caso, o que se pode verificar é o prestígio do PTB local, que conseguiu fazer o seu candidato superar eleitoralmente um adversário que representava a continuidade de um prefeito bem avaliado.

⁹ Mais informações sobre o PTB paranaense podem ser encontradas em variadas fontes, como o livro de memórias de Léo de Almeida Neves (2002), petebista local filiado ao PTB desde sua juventude, na década de 1940, nas entrevistas de atores políticos que fizeram carreira a partir de 1945, incluídas na coletânea organizada pelo IPARDES (1987), além de jornais do período.

petebistas. Assim, promoveu uma aproximação com o PTB a partir do início do seu governo, em 1961, posicionando-se favoravelmente à posse de João Goulart na “Crise da Legalidade”. Nas eleições de 1962, negociou com o PTB a respeito do lançamento de candidaturas, fez também acordos no Sudoeste do Paraná para a resolução dos problemas agrários lá então encontrados. Declarou-se favorável à volta do presidencialismo e mostrava-se aberto à realização de “reformas” nos princípios cristãos¹⁰. A relação entre o PTB e Ney Braga, entretanto, também foi marcada por discrepâncias ideológicas quanto à maneira que Goulart e o PTB se referiam e tentavam colocar em prática as reformas de base¹¹. Na medida em que João Goulart beneficiava o PTB paranaense com cargos e nomeações¹², a influência política de Ney Braga e seus apoiadores (incluindo a UDN) se encontrava ameaçada. O PTB pretendia lançar um nome forte, com influência na política nacional, para concorrer às eleições ao governo do estado em 1965.

Enquanto o movimento reformista de Goulart crescia, aliado com as esquerdas nacionalistas, juntamente com o movimento sindical urbano e rural, Ney Braga se afastava cada vez mais do PTB. Durante o golpe, esse afastamento tornou-se claro, pois Ney Braga não só apoiou o movimento, como também participou da conspiração que resultou na deposição do presidente¹³.

Com o golpe militar, um antigo professor de Ney Braga na Escola Militar do Realengo, o general Castelo Branco, foi empossado presidente da república. Ambos possuíam excelentes relações, ao passo do presidente conceder imediatamente um ministério para o Paraná, o da Educação. Ney Braga indicou o então reitor da Universidade Federal do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda. No decorrer do mandato de Castelo Branco, Ney Braga foi nomeado para o Ministério da Agricultura. Alguns petebistas locais diretamente ligados a João Goulart foram cassados, ou afastados de seus cargos com o golpe de 1964. No Paraná, realizou-se um movimento de afastar as lideranças do antigo governo e substituí-las por colaboradores do regime instituído. Resistências e oposições foram enfraquecidas e reprimidas. Nesse cenário,

¹⁰ Se nacionalmente o Brasil sentia a necessidade de realização de reformas estruturais, pelo fenômeno do crescimento populacional, a má distribuição de terras, a economia em queda e o crescente processo de industrialização, esse processo também refletiu no Paraná. A população paranaense dobrava de dez em dez anos, a ocupação do estado se encontrava em um ritmo vertiginoso, e isso gerou problemas agrários, como no Sudoeste. O principal produto da economia local, o café, sofria frequentes desvalorizações, o que levou a políticas estatais promotoras da industrialização no Paraná, colocadas em prática pelo então governador do Paraná, Ney Braga. Como no Brasil, a sindicalização rural se desenrolava a passos largos no início da década de 1960.

¹¹ Para maiores informações a respeito da aproximação e do afastamento de Ney Braga e o PTB nacional e local, ver Braga (1996), Rebelo (2004), Kunhavalik (2004) e Neves (2002).

¹² João Goulart nomeou, em junho de 1963, o petebista paranaense Amaury de Oliveira e Silva para o Ministério do Trabalho e Previdência Social, um cargo de suma importância para o seu governo, pois lidava diretamente com a principal base de apoio do PTB e seu governo, o movimento sindical. Para a presidência do Instituto Brasileiro do Café (IBC), Goulart nomeou Nelson Maculan. Outro nome do petebismo paranaense indicado por Goulart para um importante cargo foi Léo de Almeida Neves, que ocupou a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI-BB).

¹³ Sobre a participação de Ney Braga no desencadeamento do golpe, ver Braga (1996), Rebelo (2004) e Kunhavalik (2004).

ocorreram as eleições de 1965 para o governo do Paraná com a vitória do sucessor de Ney Braga, Paulo Pimentel, sobre a oposição enfraquecida (especialmente o PTB). Esse processo se aprofundou ainda mais com a publicação do Ato Institucional nº2, extinguindo os partidos políticos existentes até então. No Paraná, a adesão ao partido do governo, a ARENA, foi adotada pela maioria dos políticos. Para o MDB, dirigiram-se as figuras da oposição que ainda restavam. Algumas delas foram cassadas pelo Ato Institucional nº5.

Nesse contexto, analisaremos quais foram os deputados federais paranaenses cassados pelo golpe de 1964, desvendando em suas trajetórias como foram as suas atuações políticas, expondo, primeiramente, as fases em que suas cassações ocorreram.

3 Deputados federais paranaenses cassados pela ditadura militar

Esta seção pretende expor as três fases de cassações de mandatos de deputados federais no Paraná. A primeira fase corresponde ao ano de 1964, imediatamente após o golpe de 1964, com a cassação dos deputados federais Moysés Lupion e João Simões, ambos do PSD. A segunda fase corresponde ao ano de 1969, após a edição do Ato Institucional nº5, de dezembro de 1968. Tal ato estava inserido em uma conjuntura de protestos estudantis, da esquerda armada e da emergência da Frente Ampla, movimento extrapartidário que visava o retorno da democracia, eleições livres, do pluripartidarismo e o fim do Estado de exceção instalado a partir de 1964. Nessa segunda fase, foram cassados os deputados federais paranaenses Jorge Cury (ARENA), Renato Celidônio (MDB) e Léo de Almeida Neves (MDB). Na terceira fase de cassações no Paraná, o único atingido entre os deputados federais foi Alencar Furtado (MDB), em 1977.

O primeiro parlamentar cassado pela ditadura militar no Paraná foi Moysés Lupion, do PSD. Nas eleições de 1962, concorreu ao Senado Federal, saindo derrotado (IPARDES, 1987), porém tal votação o credenciou à suplência do cargo de deputado federal. Lupion foi efetivado no dia 14/06/1963 (AZEVEDO, 2012, p.80). Governador do Paraná por dois mandatos, Senador eleito em 1955, Lupion era o líder local do PSD, um dos seus fundadores. Principalmente no segundo mandato de seu governo sofreu pesadas críticas da oposição, como do PTB, da UDN e principalmente do PDC e de Ney Braga, este último foi eleito governador criticando seu antecessor. Raul Vaz, um dos mais ativos correligionários de Lupion, em seu livro sobre o mesmo, afirma que Ney Braga, durante sua gestão, perseguiu “amigos de Moysés Lupion, ou seja, seus partidários, em instâncias como o Tribunal de Contas do Estado, afastando-os de seus cargos” (VAZ, 1986, p.310) e abriu processos e investigações contra Lupion (VAZ, 1986, p.304). O ex-governador foi “acusado de promover a corrupção em todos os níveis da administração estadual e de beneficiar os apaniguados políticos, agraciados com polpudos cargos” (VAZ, 1986, p.302).

Conforme o visto, Ney Braga foi um dos governadores que conspirou e apoiou o golpe

de 1964, estando em notável posição e prestígio entre os líderes de tal movimento, incluindo o presidente Castelo Branco. Seus esforços em investigar o ex-governador Lupion foram fortalecidos com a cassação de mandato, perda dos direitos políticos e confisco de bens do ex-governador, com a publicação do Ato Institucional nº1¹⁴. O nome de Moysés Lupion figurava entre os primeiros atingidos. Embora Ney Braga, em entrevista, declarar que não indicou “nenhum nome do Paraná para ser cassado” (BRAGA, 1996, p.206), a investigação do ex-governador Lupion não deixa de ser um resultado de um processo promovido por ele ao longo dos anos anteriores.

O Ato Institucional nº1 visou combater os principais alvos do golpe de 1964: os “subversivos” e os “corruptos”. Lupion foi cassado por justificativa moral, conforme o noticiado pela imprensa na ocasião. Porém, analisando a sua trajetória, verificamos que sua cassação estava diretamente envolvida com a luta política no Paraná, na qual vários atores políticos disputavam espaço. Embora Moysés Lupion tenha visto sua popularidade decair com o segundo mandato no governo do Paraná, somado à sua derrota eleitoral na sua candidatura ao Senado nas eleições de 1962, ele ainda detinha capital político acumulado por algumas décadas. Dentro do PSD, Lupion tinha uma significativa liderança e pretendia candidatar-se ao governo do estado do Paraná nas eleições de 1965 (PDC..., 14 abr. 1964, p.3), concorrendo a um terceiro mandato. Sua cassação, juntamente com a do ex-ministro do Trabalho do governo de João Goulart, Amaury de Oliveira e Silva (da seção regional do PTB), que também era pré-candidato ao governo na eleição de 1965 (PDC..., 14 abr. 1964, p.3) acaba com a possibilidade de dois importantes nomes de partidos fortes como o PSD e o PTB concorressem à sucessão de Ney Braga. Assim, houve maior possibilidade de Ney Braga eleger um sucessor de seu grupo político. A cassação de Lupion, portanto, era de interesse de alguns grupos poderosos na política paranaense, que conseguiram a anulação de seu nome.

Outro deputado federal cassado em 1964 foi João Simões, do PSD. Seu mandato e seus direitos políticos foram suspensos quatro dias depois da cassação de Moysés Lupion, em 14/04/1964 (AZEVEDO, 2012, p.74). De acordo com o seu perfil na página da Câmara dos

¹⁴ O Ato Institucional nº 1, baixado pelo presidente sem a prévia votação pelo Congresso, foi redigido pelo jurista Francisco Campos (o mesmo autor da Constituição de 1937, do Estado Novo) e pelo advogado Carlos Medeiros da Silva (SKIDMORE, 1988, p.48). Nele, estão presentes as frases de que “a revolução vitoriosa legitima-se a si própria”, e que esta representava os “interesses e a vontade de uma nação” (SKIDMORE, 1988, p.48). Segundo Maria Helena Moreira Alves (1984, p.54-55), tal Ato suspendeu por seis meses a estabilidade e a vitaliciedade previstos pela Constituição, o que permitia afastar os membros da burocracia e setores militares de seus cargos se estes fossem ligados ao regime anterior. Somado a tais expurgos, o artigo 10º autorizou a cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos de governantes de todos os níveis (municipal, estadual e federal). João Goulart e muitos dos integrantes do seu círculo político foram alvos imediatos desse Ato. Thomas Skidmore (1988, p.49) assinala que o maior impacto desse Ato foi sobre a presidência da república. Se, pela Constituição de 1946, os membros das Forças Armadas eram proibidos de ocupar cargos públicos e as eleições para presidente e vice-presidente deveriam se realizar em 30 dias no caso da vaga presidencial ter sido desocupada, o AI-1 tornou possível a elegibilidade dos militares e determinou a realização da eleição para presidente e vice-presidente em apenas 2 dias. Dessa forma, um militar (o general Castelo Branco) foi eleito pelo Congresso presidente da república, como candidato único, e com apoio dos militares e governadores opositores de João Goulart. Não houve tempo para uma possível organização de forças não golpistas no Congresso.

Deputados¹⁵, João Simões estava no seu primeiro mandato como deputado federal. Anteriormente ele foi funcionário do Instituto Brasileiro de Café (IBC) e também foi diretor do Banco do Estado do Paraná (BANESTADO) entre os anos de 1956 e 1959, ou seja, durante o governo de Moysés Lupion. O BANESTADO foi envolvido com uma denúncia na qual suspeitava-se que terras devolutas do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC) estariam sendo distribuídas para indicados do governo estadual que trabalhavam no BANESTADO. Um dos partidos de oposição a Lupion, o PTB, sob liderança do então deputado estadual Amaury de Oliveira e Silva, em discurso proferido no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná, cobrou investigações e criticou Lupion e tal política de terras devolutas que, segundo o deputado, deviam destinar-se a aqueles que habitavam e cultivavam as terras, e não para funcionários do BANESTADO que moravam em Curitiba e nunca trabalharam no campo (BRASIL, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, ATA DA 22º SESSÃO ORDINÁRIA, 16/03/1959).

João Simões era aliado político de Moysés Lupion e esteve envolvido em uma área problemática do segundo governo de Lupion, pois era diretor do BANESTADO. Sua cassação esteve envolvida com esses fatos, porém é importante ressaltar a sua forte proximidade com o ex-governador, pessoal e partidária. Tais relações foram decisivas para a sua cassação e interromperam por dez anos a sua carreira política, abrindo espaço para outros atores na política paranaense. Essa primeira fase de cassações de deputados federais, portanto, atingiu dois nomes da política paranaense ligados ao governo anterior ao do governador que apoiou o golpe militar.

A ditadura enfraquecia a oposição nos estados, mas sofria revezes políticos. Um deles verificou-se nas eleições de 1965, nas quais seriam disputados os cargos de governador em nove estados pelo voto direto. Embora os comandantes do golpe de 1964 se autolegitimassem com o argumento de que tinham apoio popular, um importante evento político negativo para os mesmos aconteceu nessas eleições. Dois desses estados, Guanabara e Minas Gerais, eram de importância central para a medição de aprovação do regime, especialmente pela atuação destacada dos ex-governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto no desencadeamento do golpe. Seus dois candidatos à sucessão perderam para o PSD coligado ao PTB representando a oposição, que mesmo enfraquecida superou a máquina governamental nacional e local. A oposição venceu ainda em Santa Catarina e Mato Grosso. Segundo Boris Fausto (1995, p. 474), a ala “linha-dura” das Forças Armadas acusou Castelo Branco de ser complacente com seus “inimigos” e com a “corrupção”. Nesse contexto, Castelo Branco assinou o Ato Institucional nº 2, no dia 17 de outubro de 1965.

Tal ato determinou que as eleições para presidente e vice-presidente fossem realizadas

¹⁵ “Conheça os deputados”. Disponível em:

http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122214&tipo=0. Acesso em 21/11/14.

indiretamente, por meio da votação nominal no Congresso Nacional, sem voto secreto (FAUSTO, 1995, p.474). O AI-2 estabeleceu a abolição dos partidos políticos existentes criando o bipartidarismo, com a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), de sustentação ao governo; e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de oposição ao governo (SKIDMORE, 1988, p.105). De acordo com Maria Helena Moreira Alves (1984, p.95), o fim dos partidos políticos desarticulou ainda mais a oposição. O AI-2 foi complementado com o AI-3, de fevereiro de 1966. Tal ato estabelecia que as eleições para os governos de estado se dariam de forma indireta, votadas pelas Assembleias Legislativas (FAUSTO, 1995, p.474). Os políticos do Paraná se organizaram nos dois partidos políticos da ditadura, a ARENA e o MDB. De 1964 a 1969, nenhum deputado federal paranaense foi cassado. Enquanto isso, eles assistiam a um cenário em que os poderes do Executivo estavam sendo aumentados, enquanto os do Legislativo diminuídos. Isso gerou desagrado a muitos políticos civis, da ARENA e do MDB. Tais partidos foram colocados na marginalidade do regime, o que possibilitou a ascensão de movimentos extrapartidários como a Frente Ampla. Tendo como uma das referências a repressão à Frente Ampla, a segunda fase de cassações de deputados federais do Paraná inaugurou-se em 1969, após a promulgação do Ato Institucional nº5.

Antes de nos referirmos às cassações, é necessário nos atentarmos ao que era a Frente Ampla. A mesma surgiu a partir da iniciativa do ex-governador da Guanabara, aspirante frustrado à presidência da república e ex-apoiador do golpe de 1964, Carlos Lacerda. Lacerda era a principal figura da UDN antes do bipartidarismo. Ao contrário de muitos de seus correligionários, Lacerda não aderiu à ARENA com o bipartidarismo. Ele pretendia se juntar aos ex-presidentes Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB) para formar uma Frente Ampla de oposição à ditadura militar m prol da redemocratização do país. Pretendia ele juntar as mais importantes figuras da política brasileira e os três principais partidos antes do golpe por uma causa comum, deixando de lado antigos rancores e mágoas das partes envolvidas.

No Paraná, a Frente Ampla contou com a participação de importantes figuras políticas, incluindo deputados federais. Três organizadores da Frente Ampla no Paraná foram cassados. O primeiro deles foi Jorge Cury, em 17 de janeiro de 1969¹⁶. Jorge Cury era irmão do deputado estadual também cassado Aníbal Cury¹⁷ e estava no seu segundo mandato de deputado federal. Ex-udenista, Cury era “um conhecido lacerdista” (COSTA, 1995 p.485). Jorge Cury apoiou o golpe no primeiro momento, votando em Castelo Branco para presidente (PDC..., 14 abr. 1964, p.3). Com o bipartidarismo, Jorge Cury filiou-se à ARENA. Na recém-montada articulação para a Frente Ampla, Cury organizou em janeiro de 1967 a vinda de Carlos Lacerda a Curitiba, em

¹⁶ “Conheça os Deputados”. Disponível em:

http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122490&tipo=0. Acesso em 21/11/14.

¹⁷ Aníbal Cury era o primeiro-secretário da Assembleia Legislativa do Paraná e presidente da seção paranaense da ARENA (COSTA, 1995).

uma palestra para estudantes no Teatro Guaíra, o maior da cidade, reunindo ele, o seu irmão, Aníbal, o senador Oliveira Franco (ex-udenista, arenista após o bipartidarismo), o presidente da União Paranaense de Estudantes, Luís Antônio Amaral e Veiga Brito (deputado federal da Guanabara) (COSTA..., 14 jul.1967, p.3). Nesse momento inicial, cogitava-se transformar a Frente Ampla em um terceiro partido, o que gerou a ordem de Costa e Silva para o esvaziamento da Frente Ampla (COSTA..., 14 jul.1967, p.3). Tal ideia era vista com desconfiança principalmente pelo MDB, composto majoritariamente por antigos petebistas incompatíveis com Carlos Lacerda, somando-se a isto, a Constituição de 1967 proibia a organização de mais de dois partidos. A ideia de um terceiro partido não deslanchou e a Frente Ampla ganhou adeptos do PTB a partir de outubro de 1967, após o Manifesto de João Goulart e Carlos Lacerda. Aos poucos, a Frente Ampla foi ganhando adeptos de peso no Paraná.

Na ARENA, além de Jorge Cury, Acioly Filho (ex-pessedista) se manifestou favorável à Frente (ACIOLY..., 23 nov.1967, p.3). Outros arenistas formaram um “bloco independente” dentro do partido para pressionar o governo para este “considerar a ARENA como um partido que deve ser ouvido e acatado”, em prol de “entrosar governo e ARENA para fazer face à Frente Ampla” (BLOCO..., 10 fev.1968, p.3). Da bancada federal da ARENA no Paraná, quatro membros se comprometeram com o bloco, sendo eles Jorge Cury, José Carlos Leprevost, Emílio Gomes e Braga Ramos (BLOCO..., 10 fev.1968, p.3). Percebe-se aí o descontentamento de setores da ARENA com o governo, apesar desta ser o partido de apoio ao governo. Ideias como a formação de um bloco independente ou a adesão à Frente Ampla ganhavam força no interior da ARENA por motivos diversos. Um deles é o caráter heterogêneo da ARENA. Após o bipartidarismo, boa parte dos políticos com mandato aderiu à ARENA, vindos de diferentes partidos, como a UDN, o PDC e até mesmo membros do PTB. Entendendo a política como um jogo de lutas internas, as disputas dentro da ARENA eram intensas, por posição, força, influência. Antigos grupos rivais passaram a conviver no mesmo grupo político. No Paraná, a ARENA reuniu em suas fileiras boa parcela da UDN, do PSD e do PDC. Dessa maneira, políticos que no período anterior a 1964 eram rivais, passaram a disputar o mesmo espaço. Tal processo não se deu sem resistências, daí a adesão de membros da ARENA a organizações alternativas, como a Frente Ampla.

O auge da Frente Ampla efetivou-se com a realização de comícios com o povo, mesmo proibidos pelo governo (FRENTE..., 14 fev.1968, p.3). O Paraná realizou um comício em Maringá com a presença de Carlos Lacerda. Jorge Cury foi um dos oradores e organizadores desse comício, que ocorreu após outro comício da Frente Ampla em São Caetano do Sul, com a presença de pelo menos oito mil pessoas, conforme o divulgado pela imprensa (LALA, 02 abr.1968, p.5). O comício de 30 de março de 1968 contou com a participação de Lígia Doutel de Andrade (MDB-SC), representando o ex-presidente João Goulart e Renato Archer (MDB-MA), representando o ex-presidente Juscelino Kubitschek, além de Carlos Lacerda. Este viajou pelo

Norte do Paraná divulgando a Frente Ampla na companhia dos deputados federais paranaenses Léo de Almeida Neves, José Richa, Renato Celidônio (todos do MDB) e Jorge Cury (ARENA) (LALA, 02 abr.1968, p.3). O comício da Frente Ampla aconteceu no momento em que passeatas estudantis em prol da redemocratização ocorriam em todo o país. Uma semana após o comício da Frente Ampla em Maringá, o governo cassou e proibiu as atividades da Frente Ampla, enquadrando-a na Lei de Segurança Nacional (GOVERNO..., 06 abr.1968, p.3)¹⁸.

Outro deputado federal que participou ativamente da Frente Ampla e foi cassado pelo Ato Institucional nº 5 foi Renato Celidônio (MDB-PR). Renato Celidônio era integrante do antigo PTB, fez parte da Junta Administrativa do Instituto Brasileiro de Café (IBC), representando a lavoura cafeeira de 1958 a 1966¹⁹. Foi deputado federal pelo PTB na legislatura de 1963-1966, e seu nome figurava entre os possíveis cassáveis pelo Ato Institucional nº1 (QUASE..., 08 abr.1964, p.3), porém sua cassação não ocorreu. Renato Celidônio pertenceu à aguerrida bancada paranaense de deputados federais do PTB que se absteve de votar em Castelo Branco para a presidência, seguindo ordem do líder do PTB no Congresso na época, o deputado Doutel de Andrade (PTB-SC). Essa foi a única bancada estadual do PTB que atendeu integralmente essa ordem (PDC..., 14 abr.1964, p.3). Com o Ato Institucional nº2, Renato Celidônio ingressou no MDB. Na convenção regional de 1967, Celidônio disputou com Léo de Almeida Neves a presidência da seção regional do MDB, saindo-se vitorioso (SEBASTIANI, 1992, p.10). O MDB era composto principalmente de ex-petebistas. Devido a isto, no início da Frente Ampla (que ainda não contava com a adesão de João Goulart), o MDB via com desconfiança a aproximação com Carlos Lacerda ou a suposta organização de um terceiro partido (FRENTE AMPLA..., 03 set.1967, p.3). Com a adesão de Goulart à Frente Ampla, tais desconfianças diminuíram, mas ainda assim havia uma divisão no MDB quanto a uma adesão a Frente Ampla. O primeiro a aderir foi o deputado federal Léo de Almeida Neves, seguido de Renato Celidônio (OPOSIÇÃO..., 19 nov.1967, capa). Convocou-se uma eleição interna no MDB do Paraná para decidir-se se a seção aprovaria ou não a Frente Ampla, sendo aprovado o apoio do MDB local à Frente Ampla. A seção paranaense foi a primeira do Brasil a dar esse apoio à Frente, e sugeriu que a legenda nacional decidisse se daria ou não tal apoio em prol da redemocratização do país (APOIO..., 22 nov.1967, p.3).

Com esse decisivo apoio do MDB local à Frente Ampla, entende-se porque o mais vigoroso comício da Frente Ampla realizou-se em Maringá, no Paraná, reduto eleitoral do deputado Renato Celidônio. Sendo um dos principais articuladores do apoio do MDB local à

¹⁸ O enfraquecimento e repressão da Frente Ampla se concretizaram ainda mais com o Ato Institucional nº5. Com o fechamento do Congresso Nacional por mais de dez meses (AZEVEDO, 2012, p.108) muitos líderes da Frente Ampla foram cassados, incluindo Jorge Cury e seu irmão, Aníbal Cury, estes foram presos para deporem sobre “várias irregularidades ocorridas no estado” (POLINOTAS CONTINUAM..., 14 mar.1969, p.3)

¹⁹ “Conheça os Deputados”. Disponível em:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122577&tipo=0. Acesso em 21/11/2014.

Frente Ampla, Renato Celidônio foi também um dos atingidos pelo Ato Institucional nº5, sendo cassado em 07 de fevereiro de 1969 (AZEVEDO, 2012, p.165).

Outro deputado federal cassado pela Frente Ampla foi Léo de Almeida Neves. Léo Neves nasceu em 1932 e filiou-se ao PTB em 1948 (NEVES, 2002, p.85), aos 16 anos de idade. Em 1955, concorreu ao cargo de vereador em Curitiba, obtendo a suplência novamente (NEVES, 2002). Em 1961 assumiu o cargo de diretor da CREA²⁰ do Banco do Brasil (NEVES, 2002, p.127). Esse cargo²¹ demonstra a proximidade entre João Goulart e a seção regional do PTB em seu governo²². Com a queda de Goulart, Léo de Almeida Neves foi afastado de seu cargo na CREA²³ logo após o golpe, em abril de 1964 (NEVES, 2002, p.236). Léo de Almeida Neves era pré-candidato do PTB ao governo do estado nas eleições de 1965 (NEVES, 2002, p.254), uma vez que se encontrava em posse de seus direitos políticos. Porém, o PTB local, muito enfraquecido pelo golpe, apoiou Bento Munhoz da Rocha Netto nessas eleições, vencidas por Paulo Pimentel, candidato do governador Ney Braga. Léo de Almeida Neves ocupava posições de muito destaque no PTB local e nacional. De 1956 a 1965 foi secretário-geral da seção paranaense do PTB. Nacionalmente, foi vice-presidente e secretário-geral do PTB²⁴. Com o AI-2 e o estabelecimento do bipartidarismo, Léo de Almeida Neves filiou-se ao MDB, sendo eleito o deputado federal mais votado da legenda no estado (IPARDES, 1987).

Léo de Almeida Neves, assim como outros ex-petebistas, não se integrou à Frente Ampla desde o seu início dada à desconfiança com relação a Carlos Lacerda, temendo que tal movimento se tornasse “instrumento das ambições pessoais de Lacerda” (ARENA..., 14 set.1967, p.3). Léo Neves só aderiu à Frente após a divulgação do Manifesto de João Goulart e Carlos Lacerda em prol da restauração da democracia (LÉO..., 08 out.1967, p.3). Após o apoio da seção paranaense do MDB à Frente Ampla, o nome de Léo de Almeida Neves apareceu como a aposta da Frente Ampla para concorrer ao governo do Paraná nas eleições de 1970 (APOIO..., 22 nov.1967, p.3). Léo Neves participou ativamente da organização do comício da Frente Ampla em Maringá, juntamente com Renato Celidônio e Jorge Cury (membros paranaenses da bancada federal). Léo de Almeida Neves foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos em 13 de março de 1969 (AZEVEDO, 2012, p.146).

Até o presente momento, abordamos as trajetórias políticas de cinco deputados federais

²⁰ CREA-BB: Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

²¹ Entre outros cargos, como a diretoria do IBC (Instituto Brasileiro de Café) tendo Nelson Maculan (PTB-PR) à frente desse cargo, o Ministério do Trabalho e Previdência Social ocupado por Amaury de Oliveira e Silva (PTB-PR) a partir de junho de 1963, além de petebistas locais que ocupavam postos de destaque e cargos comissionados dentro de tais espaços.

²² Conforme o visto na seção sobre a política paranaense antes do golpe.

²³ Tal cargo tinha uma importância política significativa, uma vez que oferecia crédito agrícola e industrial a empresários e agricultores. Esse crédito também atingia o Paraná, especialmente o Norte Cafeeiro (a região mais próspera econômica e demograficamente no Paraná nessa época).

²⁴ “Conheça os Deputados”. Disponível em:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123228&tipo=0. Acesso em 21/11/2014.

cassados pela ditadura militar. Na primeira fase, Moysés Lupion e João Simões, ambos do PSD, pertencentes ao governo anterior ao do governador Ney Braga, ativo defensor do movimento de 1964 e crítico do governo Lupion. Tais cassações retiraram da luta política nomes que poderiam fazer frente a Ney Braga e ao seu grupo político, principalmente nas eleições de 1965. A segunda fase de cassações corresponde diretamente a repressão da Frente Ampla, pelo menos no que se verifica no caso do Paraná, com a cassação de Jorge Cury (ARENA), Renato Celidônio (MDB) e Léo de Almeida Neves (MDB). Tais expurgos visaram combater a oposição organizada da Frente Ampla à ditadura militar, que realizava os seus primeiros comícios no estado do Paraná.

O sexto deputado federal paranaense cassado foi José Alencar Furtado. Ele faz parte da terceira fase de cassações de deputados federais do Paraná. Nascido no Ceará, em 1952 mudou-se para o Noroeste paranaense, dedicando-se à advocacia (NADER, 1998, p.46). Nas eleições de 1962, elegeu-se suplente de deputado estadual pela coligação PRP-PTN-PST-PR-PSP-MTR (IPARDES, 1987). Nas eleições de 1966 foi eleito deputado estadual pelo MDB (IPARDES, 1987). Como advento da Frente Ampla e o apoio do MDB paranaense a tal movimento, Alencar Furtado fazia pronunciamentos na Assembleia Legislativa do Paraná em defesa da Frente (ACIOLY..., 23 nov.1967, p.3). Apesar de tais declarações, Alencar Furtado não teve seu mandato cassado ou outra sanção, como aconteceu com outros colegas de bancada na ocasião. Nas eleições de 1970, foi eleito deputado federal pelo MDB, sendo reeleito em 1974 (IPARDES, 1987). Alencar Furtado pertenceu ao grupo dos “autênticos do MDB”. Alencar Furtado foi um dos 23 deputados federais que se recusaram a votar e participar da eleição indireta para a presidência da república, que substituiu o general Emílio Médici pelo general Ernesto Geisel (AZEVEDO, 2012), em 1974. Alencar Furtado foi Presidente da CPI da desnacionalização da economia, que investigava a atuação das empresas multinacionais no país (HELLER, 1988, p.97). Em 1977, era líder da oposição na Câmara dos Deputados e aspirante à candidatura ao governo do estado do Paraná (HELLER, 1988, p.97). Em junho de 1977 foi um dos oradores do “Programa de Ação Política do MDB”, programa político permitido pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que foi transmitido em cadeia de rádio e televisão no qual defendeu o restabelecimento da democracia e denunciou as injustiças, as violações aos direitos humanos cometidas pela ditadura militar²⁵. Teve seu mandato cassado em 30 de junho de 1977 (AZEVEDO, 2012, p.221). Com a Anistia em 1979, recuperou seus direitos políticos e livrou-se das sanções que lhe atingiam desde 1977.

É importante ressaltar que Jorge Cury, Renato Celidônio, Léo de Almeida Neves e Alencar Furtado foram cassados pelo Ato Institucional nº5. Tal ato intensificou o processo de “endurecimento do regime”, combatendo qualquer tipo de oposição à ditadura e fortalecendo o

²⁵ “Legalidade democrática e o programa do MDB”. Disponível em Heller (1988, pp.98-102).

poder do presidente, que a qualquer momento poderia decretar recesso do Congresso, intervir em estados e municípios, cassar e suspender direitos políticos de qualquer brasileiro, confiscar bens, etc. Tal ato acabava com a garantia de *habeas-corpus*. Todas essas medidas visavam combater a “corrupção e a subversão”, salvando a “democracia”²⁶.

Segundo Azevedo (2012, pp.202), o AI-5, aplicado na conjuntura da década de 1960, cassou e puniu opositores em um “processo de afirmação contra forças políticas”. Já na década de 1970, a conjuntura era diferente, pois a ditadura tinha afastado do processo político “a maior parte da resistência ao projeto de que era portadora” (AZEVEDO, 2012, p.202). Nesse sentido, Alencar Furtado foi o “último membro da Câmara dos Deputados a ter o mandato cassado com base no AI-5” (AZEVEDO, 2012, p.218).

4 Conclusão

Os deputados federais paranaenses atingidos pelas três fases de cassações no Paraná foram alvos políticos da ditadura militar no estado, especialmente pela capacidade oposicionista e força eleitoral que possuíam e que ameaçavam alguns grupos detentores do poder hegemônicos no período ditatorial. A primeira fase de cassações de deputados federais correspondeu ao afastamento de antigos líderes do PSD que tinham ocupado importantes cargos no governo do Paraná. Trata-se de Moysés Lupion, governador do Paraná nos períodos de 1947 a 1950 e de 1956 a 1960, e de seu correligionário João Simões. Ney Braga, que ocupava o cargo de governador no período em que o golpe de 1964 se desenrolou, promoveu sua carreira política como opositor de Lupion e seu grupo político. Com a cassação do ex-governador, as possibilidades de Ney Braga lançar seu candidato e fazer do seu grupo político vitorioso nas eleições de 1965 ficaram maiores. Lupion e Simões foram cassados e investigados pela ditadura militar, e tiveram seus direitos políticos suspensos. Simões não se candidatou a nenhum cargo político após a redemocratização. Já Moysés Lupion teve os processos contra ele arquivados pela Comissão Geral de Investigações do Ministério da Justiça, em 1976. Embora tenha se filiado ao MDB, não voltou a disputar eleições, mesmo após a volta da democracia²⁷.

A segunda fase de cassações de deputados federais paranaenses corresponde ao ano de 1969, após a edição do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968. A primeira cassação dessa fase foi a de um membro da ARENA, Jorge Cury. Mesmo ocupando um espaço destacado dentro do partido do governo, a ARENA, Cury, que pertencia à UDN antes do golpe e do bipartidarismo, se inclinava em direção ao retorno do pluripartidarismo e a volta da democracia, em condições mais favoráveis à luta política, o que fez com que aderisse à Frente Ampla. Com a

²⁶ CALICCHIO, Vera. Verbete “Atos Institucionais”. In: JALLES DE PAULA, Christiane e LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coords). Dicionário histórico-biográfico brasileiro Pós-1930. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em 21/11/14.

²⁷ MILLARCH, Aramis. “Um Depoimento para a História Política do Paraná”. Disponível em: <http://www.millarch.org/artigo/lupion-um-depoimento-para-historia-politica-do-parana>. Acesso em 11/12/14.

cassação, Cury perdeu seus direitos políticos por dez anos. Em 1979, passou a fazer parte do Conselho de Administração dos Aeroportos do Rio de Janeiro, e se filiou ao PFL (Partido da Frente Liberal) após a redemocratização. No entanto, não disputou nenhuma eleição após a abertura política.

Além de Cury, dois deputados federais do MDB foram cassados nessa ocasião, ambos ex-petebistas, a saber, Renato Celidônio e Léo de Almeida Neves. O primeiro ocupava o cargo de presidente regional do MDB, seção que, por decisão coletiva, deu seu apoio à Frente Ampla. Celidônio era um destacado nome dentro do partido e sua trajetória política era também anterior ao golpe de 1964. O segundo deputado federal emedebista cassado pelo AI-5 foi Léo de Almeida Neves. Embora tivesse perdido um importante cargo que ocupava no governo João Goulart (a diretoria da CREA do Banco do Brasil) com a deposição deste, revelava um promissor futuro político (foi eleito deputado federal pelo MDB em primeiro lugar em número de votos da legenda) mesmo depois do golpe, atuando pelo MDB. Era pré-candidato ao governo do Paraná para as eleições de 1970 e também participou ativamente da Frente Ampla.

Ambos emedebistas, portanto, tiveram destacada atuação de oposição e questionamento em relação à ditadura militar, que os combateu, anulando seus capitais políticos acumulados, bem como suas forças políticas destacadas no Paraná e no MDB. Após a redemocratização, Renato Celidônio não retomou a política e não disputou nenhum cargo. Já Léo de Almeida Neves, com a abertura política, se filiou ao PMDB, candidatando-se a deputado federal em 1982, obtendo a suplência, e sendo eleito deputado federal em 1985. Foi também suplente de Senador na década de 1990.

Na terceira fase de cassações no Paraná, o único atingido entre os deputados federais, foi Alencar Furtado. Foi cassado em 1977, muito em razão de sua influência e acúmulo de capitais políticos. Em 1979, expurgos foram cancelados pela anistia, já no processo de redemocratização no país. Em 1982, com a redemocratização e filiado ao PMDB, foi eleito deputado federal pelo PMDB. Em 1986, disputou o cargo de governador do estado do Paraná, pelo PMB, sendo derrotado por Álvaro Dias, do PMDB. Dos seis deputados federais estudados no presente artigo, apenas dois prosseguiram suas carreiras políticas após a redemocratização. Isso significa que outros grupos se beneficiaram com esses espaços vazios deixados por importantes líderes que poderiam colocar em risco o poderio de grupos situacionistas dominantes no estado do Paraná.

Com essa discussão, esperamos ter contribuído de alguma forma para a compreensão deste período e resgatado, de maneira modesta, a trajetória política dos deputados federais paranaenses cassados pela ditadura militar.

Referências

- ACIOLY e Jorge Curi votaram pró-emenda da eleição direta. **Diário do Paraná**, Curitiba, 23 nov.1967, p.3.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- APOIO do MDB à F.A. Potencial de Modificação do Panorama Político. **Diário do Paraná**, Curitiba, 22 nov.1967, p.3.
- ARENA em vias de endurecimento da disciplina interna regional. **Diário do Paraná**, Curitiba, 14 set.1967, p.3.
- AZEVEDO, Débora Bithiah de. **Parlamento mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- BLOCO Independente da ARENA na Câmara já tem 30 aderentes. **Diário do Paraná**, Curitiba, 10 fev.1968, p.3.
- BRAGA, Ney Aminthas de Barros. **Ney Braga tradição e mudança na vida política**; entrevista a Adherbal Fortes de Sá Jr. Curitiba: Editora do autor, 1996.
- CALICCHIO, Vera. Verbete “Atos Institucionais”. In: JALLES DE PAULA, Christiane e LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coords). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro Pós-1930**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em 21/11/14.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. “Conheça os deputados”. João Simões. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122214&tipo=0. Acesso em 21/11/2014.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. “Conheça os Deputados”. Jorge Curi. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122490&tipo=0. Acesso em 21/11/14.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. “Conheça os Deputados”. Léo Neves. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123228&tipo=0. Acesso em 21/11/2014.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. “Conheça os Deputados”. Renato Celidônio. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122577&tipo=0. Acesso em 21/11/2014.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. “Devolução Simbólica dos Mandatos”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/devolucao-simbolica-dos-mandatos/devolucao-simbolica-dos-mandatos>. Acesso em 21/11/14.
- COSTA comanda ARENA contra a frente. **Diário do Paraná**, Curitiba, 14 jul.1967, p.3.
- COSTA, Samuel Guimarães da. **História Política da Assembleia Legislativa do Paraná**. Curitiba, Assembleia Legislativa, 1995.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.
- FRENTE AMPLA poderá surgir na Assembléia com bancada de cinco. **Diário do Paraná**, Curitiba, 03 set.1967, p.3.
- FRENTE não pode fazer comícios. **Diário do Paraná**, Curitiba, 14 fev.1968, p.3.
- GOVERNO cassa a Frente Ampla. **Diário do Paraná**, Curitiba, 06 abr.1968, p.3.
- HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro; Curitiba: Paz e Terra: Secretaria da Cultura, 1988.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. **Diário do Paraná**. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em 21/11/14.

IPARDES. **Resultados Eleitorais no Paraná: 1945-1982**. Curitiba: IPARDES, 1987.

KUNHAVALIK, José Pedro. “Ney Braga: Trajetória política e bases do poder”. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). **A Construção do Paraná Moderno**. Curitiba: SETI, 2004.

LALA, Rafael de. Lacerda falou para 8 mil em Maringá. **Diário do Paraná**, Curitiba, 02 abr.1968, p. 5.

LÉO: Frente é a saída para a democracia. **Diário do Paraná**, Curitiba, 08 out.1967, p.3.

MILLARCH, Aramis. “Um Depoimento para a História Política do Paraná”. Disponível em: <http://www.millarch.org/artigo/lupion-um-depoimento-para-historia-politica-do-parana> . Acesso em 11/12/14.

NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB, semeadores da democracia: história oral de vida política**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NEVES, Léo de Almeida. **Vivência de Fatos Históricos**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

NICOLAS, Maria. **O Paraná no Senado**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, [s.d.].

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)**. Tese. Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

OPOSIÇÃO no Paraná resolve dar apoio aos da Frente Ampla. **Diário do Paraná**, Curitiba, 19 nov.1967, capa.

PARANÁ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. Ata da 22º Sessão ordinária, Curitiba, 16 mar. 1959.

PDC, UDN, PSD e PRP do Paraná sufragaram Castelo mas divergiram no tocante ao vice. **Diário do Paraná**, Curitiba, 14 abr.1964, p.3.

POLINOTAS: CONTINUAM presos. **Diário do Paraná**, Curitiba, 14 mar.1969, p.3.

POLINOTAS: Motivar o povo. **Diário do Paraná**, Curitiba, 02 abr.1968, p.3.

QUASE 60 deputados, governadores e prefeitos perderão seus mandatos. **Diário do Paraná**, Curitiba, 08 abr.1964, p.3.

REBELO, Vanderlei. **Ney Braga, a política como arte**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

SEBASTIANI, Sylvio. **Por dentro do MDB Paraná**. Curitiba: Gráfica Linarth, 1992.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VAZ, Raul. **Moysés Lupion: a verdade**. Curitiba: Paratodos, 1986.

Artigo recebido em: 06/12/2014

Artigo aceito para publicação em: 08/06/2015